

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.528, DE 2023

Dispõe sobre a contratação de operações de crédito consignado por beneficiários de auxílio-acidente.

Autor: Deputado POMPEO DE MATTOS

Relator: Deputado ALFREDO GASPAR

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre Deputado Pompeo de Mattos, dispõe sobre a contratação de operações de crédito consignado por beneficiários de auxílio-acidente. Conforme a justificativa do autor, o auxílio-acidente é um benefício de natureza indenizatória e permanente e deve ter tratamento igual ao benefício de aposentaria e pensão, permitindo que seus beneficiários também acessem operações de crédito consignado.

O projeto tramita em regime ordinário (art. 151, III, RICD) e está sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões (art. 24, II, RICD), tendo sido distribuído às Comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF); de Finanças e Tributação (CFT); e, de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), nessa ordem.

Na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, a proposição foi aprovada, em 14/08/2024, com a adoção de duas emendas, apresentadas pela própria Relatora, Deputada Franciane Bayer, nos termos do seu parecer, com complementação de voto.

Por sua vez, na Comissão de Finanças e Tributação, o relator, Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança se manifestou pela não implicação financeira ou orçamentária da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à



adequação financeira ou orçamentária do projeto, bem como das emendas nº 1 e 2 adotadas na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, e no mérito, pela aprovação do projeto de lei e das emendas nº 1 e 2 adotadas na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família. O respectivo parecer foi aprovado em 27/11/2024.

Em seguida, o projeto foi encaminhado a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para análise de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos termos do art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a análise da matéria quanto à sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos termos regimentais.

Inicialmente, destacamos a importância da proposição, que objetiva estender a possibilidade de empréstimo consignado aos beneficiários do auxílio-acidente e almeja ampliar a margem de consignação para esses beneficiários e os do benefício de prestação continuada.

No que compete a esta Comissão, em relação à constitucionalidade formal, cabe ressaltar que a União possui competência privativa para legislar sobre a matéria tratada, nos termos do art. 22, inciso XXIII, da Carta Magna. Além disso, é legítima a iniciativa parlamentar, nos moldes da competência geral prevista no art. 61, caput, do texto constitucional, não se sujeitando a matéria à reserva de lei complementar.

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que o projeto em exame não atenta contra as vedações do parágrafo



primeiro do art. 61, da Constituição Federal, nada havendo, também, que contrarie preceitos ou princípios da Constituição em vigor. Por conseguinte, nada há a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

Verifica-se também que o pressuposto da juridicidade se encontra preenchido, uma vez que a matéria se coaduna com os princípios gerais do direito, inova no ordenamento jurídico e possui os atributos de generalidade e coercitividade.

Por fim, a técnica legislativa e a redação empregadas mostram-se adequadas, segundo o que dispõe a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, também considerando as emendas aprovadas na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família.

Ante o exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.528, de 2023, e das emendas nº 1 e 2 adotadas na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família.

Sala da Comissão, em 10 de abril de 2025.

Deputado ALFREDO GASPAR
Relator

